Diário Oficial

Defensoria Pública do Estado de Pernambuco

Ano IV • Nº 18 | Diário Eletrônico | Recife, sábado, 10 de outubro de 2026

Defensoria Pública de Pernambuco obtém decisão inovadora que garante legitimidade de associação para reconhecimento póstumo da identidade de gênero de pessoa trans

Fotos: Henrique Paparazzo



A Defensoria Pública do Estado de Pernambuco obteve decisão judicial que reconhece a legitimidade da Nova Associação de Travestis e Pessoas Trans de Pernambuco (NATRAPE) para requerer a retificação do assento de óbito de pessoa transgênero, a fim de reconhecer o nome e o gênero mesmo após o falecimento. A decisão do Tribunal de Justiça do Estado é inovadora, representando um importante avanço na efetivação do direito à identidade de gênero e na ampliação do acesso à justiça por meio da atuação de entidades representativas.

O caso chegou à Defensoria Pública após o encaminhamento da Escola Livre de Redução de Danos, organização da sociedade civil que acompanhava a pessoa falecida. Embora ela vivenciasse livremente sua identidade de gênero e expressasse o desejo de alterar o nome em seus documentos oficiais, não conseguiu finalizar o procedimento de retificação quando em vida.

Relatórios produzidos pela Escola e por equipamentos municipais, incluindo a Casa de Acolhimento Roberta Nascimento, informaram que os vínculos familiares da pessoa falecida eram fragilizados justamente em razão da identidade de gênero. Desse modo, todos os trâmites envolvendo o óbito, incluindo o sepultamento e o respectivo registro não utilizaram o nome social e a identidade de gênero da pessoa falecida. Nesse contexto, destaca o Defensor Público Henrique da Fonte, que "a articulação com a sociedade civil e com equipamentos públicos foi fundamental, pois foi necessário pensar em uma saída legal inovadora para o caso. Se a própria família não respeitava a identidade da pessoa falecida, como poderíamos garantir que a memória e os direitos dela fossem preservados mesmo após o óbito?"

A Defensoria, então, passou a prestar a assistência jurídica a associação que tinha por finalidade a defesa de direitos das pessoas trans, oferecendo ação para a alteração do registro de óbito. A decisão do TJPE reconhece que associações com atuação na defesa dos direitos da população trans podem atuar na proteção da dignidade póstuma, especialmente em contextos de vulnerabilidade social e na ausência de familiares ou rede de apoio aptos a promover a medida. O entendimento reforça a dimensão coletiva dos direitos da personalidade e o papel das organizações da sociedade civil na efetivação de direitos fundamentais.

No caso analisado, a Justiça acolheu a tese de que a retificação do registro civil após o óbito constitui instrumento de preservação da identidade, da memória e da dignidade da pessoa trans, assegurando que os registros oficiais reflitam o nome e o gênero com os quais a pessoa se identificava em vida. A atuação reforça o compromisso da Defensoria Pública com a promoção dos direitos humanos, o enfrentamento da invisibilização de pessoas trans e o fortalecimento do acesso à justiça para populações em situação de vulnerabilidade.

birdID

Documento assinado digitalmente por:

CLODOALDO BATISTA DE SOUSA
981.161.694-91
10/10/26 às 10:07:24 (UTC-3)

DEFENSORIA PÚBLICA

Defensor Público Geral: **Clodoaldo Batista de Sousa Texeira**

O Defensor Público-Geral do Estado, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 124/2008, Lei Complementar Estadual nº 20/98 e Lei Complementar Estadual n° 499/2022, com as alterações decorrentes da Emenda Constitucional nº 80/2014, **RESOLVE**:

DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL

PORTARIA Nº 1448/2026
Designar o Excelentíssimo Defensor Público **RODRIGO COSTA DE LIMA FURTADO matrícula n° 297.608-0,** para atuar nos autos do processo n° 0039231-94.2023.8.17.2001, em trâmite na 34ª Vara Cível da Capital – Seção B.
(SEI 2500000027.004074/2026-77)

Defensoria Pública-Geral, em 10 de outubro de 2026.
CLODOALDO BATISTA DE SOUSA TEIXEIRA
Defensor Público-Geral

PORTARIA Nº 1449/2026
Designar a Excelentíssima Defensora Pública **ÂNGELA CELI LEITE VALDIVINO, matrícula n° 297.265-4,** para atuar nos autos do processo n° 0023443-69.2025.8.17.2001, em trâmite na 6ª Vara Cível da Capital – Seção B.
(SEI 2500000027.004195/2026-19)

Defensoria Pública-Geral, em 10 de outubro de 2026.
CLODOALDO BATISTA DE SOUSA TEIXEIRA
Defensor Público-Geral

PORTARIA Nº 1450/2026
Designar a Excelentíssima Defensora Pública **THAIS TORRES MONTEIRO ANDRADE, matrícula nº 300.518-6**, para atuar na sessão de julgamento na Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Garanhuns, realizada em 01.10.2026, nos autos do processo nº 0005096-12.2016.8.17.0640.
(SEI 2500000090.001494/2026-38)

Defensoria Pública-Geral, em 10 de outubro de 2026.
CLODOALDO BATISTA DE SOUSA TEIXEIRA
Defensor Público-Geral

PORTARIA N° 1451/2026
Designar a Excelentíssima Defensora Pública **MIRELLA CORRÊA DE OLIVEIRA WANDERLEY NUNES, matrícula n° 256.029-1,** para atuar na sessão de julgamento do Tribunal do Júri da Comarca do Moreno, a realizar-se em 21.10.2026, nos autos do processo nº 0000672-38.20158.17.0970.
(SEI 2500000066.001323/2026-14)

Defensoria Pública-Geral, em 10 de outubro de 2026.
CLODOALDO BATISTA DE SOUSA TEIXEIRA
Defensor Público-Geral

PORTARIA N° 1452/2026
Designar o Excelentíssimo Defensor Público **TÚLIO VICTOR BORGES LÔBO, matrícula n° 297.946-2,** para atuar na sessão de julgamento na 3ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, realizada em 02.10.2026, nos autos do processo nº 0000417-13.2023.8.17.2001.
(SEI 2500000051.002742/2026-24)

Defensoria Pública-Geral, em 10 de outubro de 2026.
CLODOALDO BATISTA DE SOUSA TEIXEIRA
Defensor Público-Geral

PORTARIA Nº 1453/2026
Autorizar o afastamento do Excelentíssimo Defensor Público **AMÓS RODRIGUES DE MELO NASCIMENTO, matrícula nº 299.095-4**, para participar do Congresso Nacional das Defensoras e Defensores Públicos - CONADEP, a realizar-se em Belo Horizonte/MG, nos dias 17.11.2026 a 20.11.2026, sem ônus para a Defensoria Pública do Estado.
(SEI 2500000058.002495/2026-04)

Defensoria Pública-Geral, em 10 de outubro de 2026.
CLODOALDO BATISTA DE SOUSA TEIXEIRA
Defensor Público-Geral

PORTARIA Nº 1454/2026
Autorizar o afastamento da Excelentíssima Defensora Pública **NATHALIA CHRISTINE CLAUDINO DE ARAÚJO CORRÊA, matrícula nº 299.116-0**, para participar do Congresso Nacional das Defensoras e Defensores Públicos - CONADEP, a realizar-se em Belo Horizonte/MG, nos dias 17.11.2026 a 20.11.2026, sem ônus para a Defensoria Pública do Estado.
(SEI 2500000109.000494/2026-74)

Defensoria Pública-Geral, em 10 de outubro de 2026.
CLODOALDO BATISTA DE SOUSA TEIXEIRA
Defensor Público-Geral

PORTARIA Nº 1455/2026
Designar o Excelentíssimo Defensor Público **JOSÉ WILKER RODRIGUES NEVES, matrícula nº 297.743-5,** para atuar extraordinariamente no plantão no Juizado Especial Cível e Criminal do Torcedor (JETEP), na partida entre Sport X São Bernardo/SP, realizada no dia 06.10.2026.
(SEI 2500000011.004573/2026-33)

Defensoria Pública-Geral, em 10 de outubro de 2026.
CLODOALDO BATISTA DE SOUSA TEIXEIRA
Defensor Público-Geral

PORTARIA Nº 1456/2026
Designar o Excelentíssimo Defensor Público **HUGO DE MELO LOBO, matrícula nº 299.541-7,** para atuar extraordinariamente no plantão no Juizado Especial Cível e Criminal do Torcedor (JETEP), na partida entre Náutico X Novohorizontino/SP a realizar-se no dia 08.10.2026.
(SEI 2500000011.004573/2026-33)

Defensoria Pública- Geral, em 10 de outubro de 2026.
CLODOALDO BATISTA DE SOUSA TEIXEIRA
Defensor Público-Geral

PORTARIA Nº 1457/2026
Designar a Excelentíssima Defensora Pública **MARIANA CRISTINA NUNES DE OLIVEIRA RIBEIRO**, **matrícula nº 298.785-6**, para atuar extraordinariamente no plantão no Juizado Especial Cível e Criminal do Torcedor (JETEP), na partida entre Náutico X Vila Nova/GO a realizar-se no dia 11.10.2026.
(SEI 2500000011.004573/2026-33)

Defensoria Pública-Geral, em 10 de outubro de 2026.
CLODOALDO BATISTA DE SOUSA TEIXEIRA
Defensor Público-Geral

PORTARIA Nº 1458/2026
Designar o Excelentíssimo Defensor Público **WILTON JOSÉ DE CARVALHO, matrícula nº 085.639-8,** para atuar extraordinariamente no plantão no Juizado Especial Cível e Criminal do Torcedor (JETEP), na partida entre Sport X Fortaleza/CE a realizar-se no dia 16.10.2026.
(SEI 2500000011.004573/2026-33)

Defensoria Pública-Geral, em 10 de outubro de 2026.
CLODOALDO BATISTA DE SOUSA TEIXEIRA
Defensor Público-Geral

PORTARIA Nº 1459/2026
Designar a Excelentíssima Defensora Pública **ALICE MARIA QUEIROZ DOS SANTOS, 291.517-0,** para acumular na 2ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, vinculada a Subdefensoria Criminal da Capital, com efeitos retroativos ao dia 30.09.2026.
Revogam-se as disposições em contrário.

Defensoria Pública-Geral, em 10 de outubro de 2026.
CLODOALDO BATISTA DE SOUSA TEIXEIRA
Defensor Público-Geral

PORTARIA Nº 1460/2026
Exonerar, a pedido, o Excelentíssimo Defensor Público **VITOR TURTON LOPES GALVÃO, matrícula nº 299.339-2**, do cargo de Defensor Público Estadual Inicial, a partir de 09.10.2026.
(SEI 2500000084.000437/2026-11).

Defensoria Pública-Geral, em 10 de outubro de 2026
CLODOALDO BATISTA DE SOUSA TEIXEIRA
Defensor Público-Geral

ERRATA: Portaria nº 1424/2026, referente a Excelentíssima Defensora **Pública JÉSSICA SAMARA BORGES, matrícula nº 298.874-7,** onde se lê: 19.09.2026, leia-se: 11.09.2026.

Defensoria Pública-Geral, em 10 de outubro de 2026
CLODOALDO BATISTA DE SOUSA TEIXEIRA
Defensor Público-Geral

PORTARIA Nº 1461/2026
Designa servidores para exercerem as funções de Fiscal de Contrato, para atuar no Contrato mencionado, no âmbito da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.
A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica e pela Constituição Federal e,
CONSIDERANDO o disposto no art. 117, “caput” da Lei Federal nº. 14.133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração,
RESOLVE:
Art. 1º. - Nomear como FISCAL dos seguintes CONTRATOS de aquisição de produtos e fornecimento de material a servidora Paula Karine Araújo Barbosa Cabral, matrícula 300.213-6, CPF/PE: 067.XXX.XXX-05 e como substituta a servidora Ana Elizabeth da Silva Pedrosa, matrícula 300.509-7, inscrita no CPF/PE nº 042.XXX.XXX-79, para os seguintes contratos de XXXX

- O contrato referente ao Processo da Ata de Registro de Preços nº 002/2025, Processo Licitatório nº 004/2025, Pregão Eletrônico nº 001/2025, cujo objeto é a aquisição de gêneros alimentícios, para atender **à**s necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, conforme Contrato Administrativo nº 001/2026.

CONTRATO Nº	EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	VIGÊNCIA
Contrato nº 001/2026	R G DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, 52.441.900/0001-78	A aquisição de gêneros alimentícios, para atender **à**s necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.	14/02/2026 a 13/02/2027

- O contrato referente ao Processo oriundo da Ata de Registro de Preços nº 002/2025, Processo Licitatório nº 013/2025, Pregão Eletrônico nº 004/2025, cujo objeto é a aquisição de gêneros alimentícios, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco., conforme Contrato Administrativo nº 034/2026.

CONTRATO Nº	EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	VIGÊNCIA
Contrato nº 034/2026	RG DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA., 52.441.900/0001-7	A aquisição de gêneros alimentícios, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.	15/04/2026 até 14/04/2027

- O contrato referente ao Processo oriundo da Ata de Registro de Preços nº 001/2025, Processo Licitatório nº 004/2025, Pregão Eletrônico nº 001/2025, cujo objeto é a aquisição de eletrodomésticos, para atender **à**s necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, conforme Contrato Administrativo nº 009/2026.

CONTRATO Nº	EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	VIGÊNCIA
Contrato nº 009/2026	VENTISOL DA AMAZONIA INDUSTRIA DE APARELHOS ELETRICOS LTDA, 17.417.928/0001-79,	Aquisição de eletrodomésticos, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco	21/03/2026 até 20/03/2027

O contrato referente ao Processo Licitatório nº 004/2026, Dispensa nº 001/2026, cujo objeto é a aquisição de 04 (quatro) cafeteiras industriais, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, conforme Contrato Administrativo nº 036/2026

CONTRATO Nº	EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	VIGÊNCIA
Contrato nº 036/2026	ZG EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO LTDA, 09.132.989/0001-61	Aquisição de 04 (quatro) cafeteiras industriais, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.	08/04/2026 até 07/04/2027

- O contrato referente ao Processo oriundo da Ata de Registro de Preços nº 005/2024, Processo Licitatório nº 028/2024, Pregão Eletrônico nº 009/2024, cujo objeto é a aquisição de materiais de limpeza, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco., conforme Contrato Administrativo nº 005/2026.

CONTRATO Nº	EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	VIGÊNCIA
Contrato nº 005/2026	MILLENIUM LICITAÇÕES LTDA, 41.467.016/0001-96	A aquisição de materiais de limpeza, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.	15/04/2026 até 14/04/2027

- O contrato referente ao Processo oriundo da Ata de Registro de Preços nº 005/2024, Processo Licitatório nº 028/2024, Pregão Eletrônico nº 009/2024, cujo objeto é a aquisição de materiais de limpeza, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, conforme Contrato Administrativo nº 006/2026.

CONTRATO Nº	EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	VIGÊNCIA
Contrato nº 006/2026	VALDOMIR HENRIQUE PAES BARRETTO, 02.782.453/0001-42	A aquisição de materiais de limpeza, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco	15/04/2026 até 14/04/2027

- O contrato referente ao Processo oriundo da **Ata de Registro de Preços nº 004/2024, Processo Licitatório nº 001/2024, Pregão Eletrônico nº 001/2024**, cujo objeto é o fornecimento de equipamentos e materiais hidráulicos, elétricos, de construção, pintura e marcenaria, visando atender às necessidades operacionais da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, conforme Contrato Administrativo nº **29/2026**

CONTRATO Nº	EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	VIGÊNCIA
Contrato nº 29/2026	VALDOMIR HENRIQUE PAES BARRETTO, 02.782.453/0001-42	O fornecimento de equipamentos e materiais hidráulicos, elétricos, de construção, pintura e marcenaria, visando atender às necessidades operacionais da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.	13/05/2026 até 12/05/2027

- O contrato referente ao Processo oriundo da Ata de Registro de Preços nº 005/2024, Processo Licitatório nº 028/2024, Pregão Eletrônico nº 009/2024, cujo objeto é a aquisição de materiais de limpeza, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, conforme Contrato Administrativo nº 007/2026.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DEFENSOR PÚBLICO-GERAL
Clodoaldo Batista de Sousa Teixeira
1º SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL INSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO
Gabriel Gonçalves Leite
2º SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL JURÍDICO
Rafael Alcoforado Domingues
CORREGEDOR-GERAL
Manoel Jerônimo de Melo Neto
COORDENADOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Joaquim Fernandes Pereira da Silva

CHEFE DE GABINETE
Fernando Jordão de Vasconcelos Filho
SECRETÁRIA DE GABINETE
Fátima Maria Alcântara do Amaral Meira
SUBDEFENSOR CÍVEL E CRIMINAL DO INTERIOR
Rafael Bento de Lima Neto
SUBDEFENSORA DE CAUSAS COLETIVAS
Isabel Batista Paixão
SUBDEFENSOR CÍVEL DA CAPITAL
Pedro Freitas Freire
SUBDEFENSOR CRIMINAL DA CAPITAL
José Fabrício Silva de Lima
SUBDEFENSOR CÍVEL E CRIMINAL DA REGIÃO METROPOLITANA
José Wilker Rodrigues Neves

SUBDEFENSORA DE EXECUÇÃO PENAL
Marília Tenório Cardoso
SUBDEFENSOR DE RECURSOS CÍVEIS E CRIMINAIS
Elizabete Aguiar da Fonsêca Xavier
SUBDEFENSORA DE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO
Jeovana Carmen de Melo Colaço
DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
João Duque Correia Lima Neto
Coordenadora da Unidade de Recursos Humanos
Ana Karla Vanderlei Cavalcanti Perez
Ouvidora-Geral
Liliana Maria Cabral de Barros
ASSESSORIA DE IMPRENSA
Dany Amorim

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Endereço: Avenida Manoel Borba, nº 640,
bairro: Boa Vista, Recife-PE - CEP 50.070.045
e-mail: ascomdppe@defensoria.pe.gov.br
Instagram: @defensoriape
Facebook: Defensoria Pública do Estado de Pernambuco
www.defensoria.pe.def.br

CONTRATO Nº	EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	VIGÊNCIA
Contrato nº 007/2026	**ÊXITO PRIME DISTRIBUIDORA LTDA, 50.991.190/0001-24**	A aquisição de materiais de limpeza, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco	15/04/2026 até 14/04/2027

● O contrato referente ao Processo Licitatório nº 018/2026, Dispensa de Licitação nº 004/2026, cujo objeto é a aquisição e instalação de porta de vidro temperado para o Núcleo da Defensoria Pública de Pernambuco na cidade de Exu/PE., conforme Contrato Administrativo nº 038/2026.

CONTRATO Nº	EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	VIGÊNCIA
Contrato nº 038/2026	MOURA VIDROS LTDA, 11.532.702/0001-32	A aquisição e instalação de porta de vidro temperado para o Núcleo da Defensoria Pública de Pernambuco na cidade de Exu/PE.	15/04/2026 até 14/04/2027

● O contrato referente ao Processo oriundo da **Ata de Registro de Preços nº 005/2024, Processo Licitatório nº 028/2024, Pregão Eletrônico nº 009/2024**, cujo objeto é a aquisição de material de limpeza, para atender **às** necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, conforme Contrato Administrativo nº **008/2026**.

CONTRATO Nº	EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	VIGÊNCIA
Contrato nº **008/2026**	**FORTPEL COMÉRCIO DE DESCARTÁVEIS LTDA**, 22.006.201/0001-39	A aquisição de material de limpeza, para atender **às** necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.	20/04/2026 até 19/04/2027

● O contrato referente ao Processo oriundo da **Ata de Registro de Preços nº 004/2024, Processo Licitatório nº 001/2024, Pregão Eletrônico nº 001/2024**, cujo objeto é o fornecimento de equipamentos e materiais hidráulicos, elétricos, de construção, pintura e marcenaria, visando atender às necessidades operacionais da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco., conforme Contrato Administrativo nº **028/2026**

CONTRATO Nº	EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	VIGÊNCIA
Contrato nº **028/2026**	**LB COMÉRCIO EIRELI - EPP**, 20.470.692/0001-49	O fornecimento de equipamentos e materiais hidráulicos, elétricos, de construção, pintura e marcenaria, visando atender às necessidades operacionais da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.	11/05/2026 até 10/05/2027

● O contrato referente ao Processo oriundo da **Ata de Registro de Preços nº 004/2024, Processo Licitatório nº 001/2024, Pregão Eletrônico nº 001/2024**, cujo objeto é o fornecimento de equipamentos e materiais hidráulicos, elétricos, de construção, pintura e marcenaria, visando atender às necessidades operacionais da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, conforme Contrato Administrativo nº **030/2026**.

CONTRATO Nº	EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	VIGÊNCIA
Contrato nº **030/2026**	**DECOR E TEXTURAS LTDA** 43.998.091/0001-09	O fornecimento de equipamentos e materiais hidráulicos, elétricos, de construção, pintura e marcenaria, visando atender às necessidades operacionais da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.	08/05/2026 até 07/05/2027

● O contrato referente ao Processo oriundo da **Ata de Registro de Preços nº 004/2024, Processo Licitatório nº 001/2024, Pregão Eletrônico nº 001/2024**, cujo objeto é o fornecimento de equipamentos e materiais hidráulicos, elétricos, de construção, pintura e marcenaria, visando atender às necessidades operacionais da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, conforme Contrato Administrativo nº **031/2026**.

CONTRATO Nº	EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	VIGÊNCIA
Contrato nº **031/2026**	**CLIMA SUBLIME AFOGADOS LTDA**, 43.157.186/0001-08	O fornecimento de equipamentos e materiais hidráulicos, elétricos, de construção, pintura e marcenaria, visando atender às necessidades operacionais da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.	08/05/2026 até 07/05/2027

● O contrato referente ao Processo oriundo da **Ata de Registro de Preços nº 005/2025, Processo Licitatório nº 033/2025, Pregão Eletrônico nº 015/2025**, cujo objeto é o Fornecimento de Água Mineral, em Garrafões de 20 Litros, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco., conforme Contrato Administrativo nº **33/2026**.

CONTRATO Nº	EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	VIGÊNCIA
Contrato nº **33/2026**	**A S DE LIMA COMÉRCIO LTDA**, 22.553.731/0001-05	O Fornecimento de Água Mineral, em Garrafões de 20 Litros, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.	12/05/2026 até 11/05/2027

● O contrato referente ao **Processo Licitatório nº 021/2026, Pregão Eletrônico** nº **005/2026**, cujo objeto é a **aquisição de gêneros alimentícios**, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, conforme Contrato Administrativo nº **046/2026**

CONTRATO Nº	EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	VIGÊNCIA
Contrato nº **046/2026**	**RG DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA**, 52.441.900/0001-78	**Aquisição de gêneros alimentícios**, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco	02/06/2026 até 02/06/2027

● O contrato referente à **Ata de Registro de Preços nº 005/2025, Processo Licitatório nº 033/2025, Pregão Eletrônico nº 015/2026**, cujo objeto a aquisição de água mineral, sem gás, em garrafões retornáveis de 20 litros, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, conforme Contrato Administrativo nº **050/2026**.

CONTRATO Nº	EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	VIGÊNCIA
Contrato nº **050/2026**	**A S DE LIMA COMÉRCIO LTDA.**, 22.553.731/0001- 05	O objeto a aquisição de água mineral, sem gás, em garrafões retornáveis de 20 litros, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.	09/06/2026 até 08/06/2027

● O contrato referente ao Processo oriundo da **Ata de Registro de Preços nº 007/2025, Processo Licitatório nº 042/2025, Pregão Eletrônico nº 016/2025**, cujo objeto é a aquisição de mobiliário, consistente em 50 (cinquenta) cadeiras do tipo longarina, com 3 (três) lugares cada, destinadas ao atendimento das necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco., conforme Contrato Administrativo nº **045/2026**.

CONTRATO Nº	EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	VIGÊNCIA
Contrato nº **045/2026**	**MOVEPLAST INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA**, 30.231.212/0001-40	Aquisição de mobiliário, consistente em 50 (cinquenta) cadeiras do tipo longarina, com 3 (três) lugares cada, destinadas ao atendimento das necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.	10/06/2026 até 10/06/2027

● O contrato referente ao Processo oriundo do **Processo Licitatório nº 032/2026, Pregão Eletrônico nº 009/2026**, cujo objeto é a aquisição de equipamento fotográfico, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, conforme Contrato Administrativo nº **054/2026**.

CONTRATO Nº	EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	VIGÊNCIA
Contrato nº **054/2026**	**P.H. SHIGUEO MATSUBARA**, 25.381.017/0001-67	A aquisição de equipamento fotográfico, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.	17/06/2026 até 17/06/2027

● O contrato referente ao Processo oriundo da **Ata de Registro de Preços nº 007/2025, Processo Licitatório nº 042/2025, Pregão Eletrônico nº 016/2025**, cujo objeto a aquisição de mobiliário, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, conforme Contrato Administrativo nº **057/2026**.

CONTRATO Nº	EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	VIGÊNCIA
Contrato nº **057/2026**	**MOVEPLAST INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTD**, 30.231.212/0001-40	Aquisição de mobiliário, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco	15/07/2026 até 15/07/2027

● O contrato referente ao Processo oriundo da **Ata de Registro de Preços nº 007/2025, Processo Licitatório nº 042/2025, Pregão Eletrônico nº 016/2025**, cujo objeto é a aquisição de mobiliário, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, conforme Contrato Administrativo nº **059/2026**.

CONTRATO Nº	EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	VIGÊNCIA
Contrato nº **059/2026**	**RAVD COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, 41.830.614/0001-88	Aquisição de mobiliário, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.	15/07/2026 até 15/07/2027

● O contrato referente ao Processo oriundo da **Ata de Registro de Preços nº 003/2026- Processo Licitatório nº 026/2026; Pregão Eletrônico nº 007/2026**, cujo objeto é a aquisição de material de expediente, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, conforme Contrato Administrativo nº 068/2026.

CONTRATO Nº	EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	VIGÊNCIA
Contrato nº 068/2026	WR COMERCIO DE PAPEIS LTDA., 48.975.836/0001-38	A aquisição de material de expediente, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.	28/07/2026 até 27/07/2027

● O contrato referente ao Processo oriundo da **Ata de Registro de Preços nº 007/2025, Processo Licitatório nº 042/2025, Pregão Eletrônico nº 016/2025**, cujo objeto é a Aquisição de mobiliário (mesas tipo retangular e em L), para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, conforme Contrato Administrativo nº **058/2026**.

CONTRATO Nº	EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	VIGÊNCIA
Contrato nº **058/2026**	**FLEXIBASE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA**, 04.869.711/0001-58	Aquisição de mobiliário (mesas tipo retangular e em L), para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.	17/07/2026 até 17/07/2027

● O contrato referente a **Adesão nº 005/2026** à **Ata de Registro de Preços nº 034/2025**, decorrente do **Processo Administrativo nº 23079.208624/2025-21**, oriundo do **Pregão Eletrônico nº 90007/2025**, cujo objeto é a aquisição objeto é a aquisição de 400 (quatrocentas) cadeiras fixas, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, conforme Contrato Administrativo nº 081/2026.

CONTRATO Nº	EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	VIGÊNCIA
Contrato nº 081/2026	SEAOPEN REFRIGERAÇÃO E MÓVEIS LTDA 24.487.206/0001-56	Aquisição objeto é a aquisição de 400 (quatrocentas) cadeiras fixas, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.	18/08/2026 até 17/08/2027

● O contrato referente ao Processo oriundo da **Ata de Registro de Preços nº 002/2025, Processo Licitatório nº 013/2025, Pregão Eletrônico nº 004/2025**, cujo objeto é a aquisição de gêneros alimentícios, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, conforme Contrato Administrativo nº **067/2026**.

CONTRATO Nº	EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	VIGÊNCIA
Contrato nº **067/2026**	**R G DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA**, 52.441.900/0001-78	Aquisição de gêneros alimentícios, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco	28/07/2026 até 27/07/2027

● O contrato referente ao Processo oriundo da **Ata de Registro de Preços nº 003/2026, Processo Licitatório nº 026/2026, Pregão Eletrônico nº 007/2026**, cujo objeto é a aquisição de material de expediente, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, conforme Contrato Administrativo nº **068/2026**.

CONTRATO Nº	EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	VIGÊNCIA
Contrato nº **068/2026**	R G DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA. 52.441.900/0001-78	Aquisição de material de expediente, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco	28/07/2026 até 27/07/2027

● O contrato referente a **Ata de Registro de Preços 004/2026, Processo Licitatório nº 030/2026, Pregão Eletrônico nº 008/2026**, cujo objeto é a aquisição de materiais de limpeza, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, conforme Contrato Administrativo nº **069/2026**.

CONTRATO Nº	EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	VIGÊNCIA
Contrato nº **069/2026**	ART LIMP LTDA. 39.862.043/0001-11	Aquisição de materiais de limpeza, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.	03/08/2026 até 02/08/2027

● O contrato referente a **Ata de Registro de Preços 004/2026, Processo Licitatório nº 030/2026, Pregão Eletrônico nº 008/2026**, cujo objeto é a aquisição de materiais de limpeza, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, conforme Contrato Administrativo nº **070/2026**.

CONTRATO Nº	EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	VIGÊNCIA
Contrato nº **070/2026**	S C DA CUNHA PRODUTOS DE LIMPEZA 47.607.438/0001-04	A aquisição de materiais de limpeza, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.	03/08/2026 até 02/08/2027

● O contrato referente a **Ata de Registro de Preços 004/2026, Processo Licitatório nº 030/2026, Pregão Eletrônico nº 008/2026**, cujo objeto é a aquisição de materiais de limpeza, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, conforme Contrato Administrativo nº **071/2026**.

CONTRATO Nº	EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	VIGÊNCIA
Contrato nº **071/2026**	DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGRESTE MERIDIONAL LTDA. 40.876.269/0001-50	Aquisição de materiais de limpeza, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco	04/08/2026 até 03/08/2027

● O contrato referente a **Ata de Registro de Preços 004/2026, Processo Licitatório nº 030/2026, Pregão Eletrônico nº 008/2026**, cujo objeto é a a aquisição de materiais de limpeza, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, conforme Contrato Administrativo nº **072/2026**.

CONTRATO Nº	EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	VIGÊNCIA
Contrato nº **072/2026**	ÊXITO PRIME DISTRIBUIDORA LTDA. 50.991.190/0001-24	A aquisição de materiais de limpeza, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.	03/08/2026 até 02/08/2027

● O contrato referente a **Ata de Registro de Preços 004/2026, Processo Licitatório nº 030/2026, Pregão Eletrônico nº 008/2026**, cujo objeto a aquisição de materiais de limpeza, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, conforme Contrato Administrativo nº **073/2026**.

CONTRATO Nº	EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	VIGÊNCIA
Contrato nº **073/2026**	GM COMÉRCIO LTDA 50.547.931/0001-82	A aquisição de materiais de limpeza, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.	03/08/2026 até 02/08/2027

● O contrato referente a **Ata de Registro de Preços 004/2026, Processo Licitatório nº 030/2026, Pregão Eletrônico nº 008/2026**, cujo objeto é a aquisição de materiais de limpeza, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, conforme Contrato Administrativo nº **074/2026**.

CONTRATO Nº	EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	VIGÊNCIA
Contrato nº **074/2026**	D V DE OLIVEIRA FRAGOSO 61.566.456/0001-08	A aquisição de materiais de limpeza, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.	03/08/2026 até 02/08/2027

● O contrato referente a **Ata de Registro de Preços 004/2026, Processo Licitatório nº 030/2026, Pregão Eletrônico nº 008/2026**, cujo objeto é a aquisição de materiais de limpeza, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, conforme Contrato Administrativo nº **075/2026**.

CONTRATO Nº	EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	VIGÊNCIA
Contrato nº **075/2026**	MARKET - COMÉRCIO DE MERCADORIAS EM GERAL LTDA 24.486.986/0001-10	A aquisição de materiais de limpeza, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.	03/08/2026 até 02/08/2027

● O contrato referente a **Ata de Registro de Preços 004/2026, Processo Licitatório nº 030/2026, Pregão Eletrônico nº 008/2026**, cujo objeto é a aquisição de materiais de limpeza, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco., conforme Contrato Administrativo nº **076/2026**.

CONTRATO Nº	EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	VIGÊNCIA
Contrato nº **076/2026**	NOVO HORIZONTE COMÉRCIO E CONVERSÃO DE PAPEIS LTDA 46.251.571/0001-08	A aquisição de materiais de limpeza, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.	03/08/2026 até 02/08/2027

● O contrato referente à **Ata de Registro de Preços nº 002/2026, Processo Licitatório nº 026/2026, Pregão Eletrônico nº 007/2026**, cujo objeto é a aquisição de material de expediente, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, conforme Contrato Administrativo nº **062/2026**.

CONTRATO Nº	EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	VIGÊNCIA
Contrato nº **062/2026**	COMERCIAL LASER LTDA 35.525.930/0001-43	A aquisição de material de expediente, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco,	14/08/2026 até 13/08/2027

● O contrato referente à **Ata de Registro de Preços nº 002/2026, Processo Licitatório nº 026/2026, Pregão Eletrônico nº 007/2026**, cujo objeto é aquisição de material de expediente, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, conforme Contrato Administrativo nº **063/2026**.

CONTRATO Nº	EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	VIGÊNCIA
Contrato nº **063/2026**	MARKET - COMÉRCIO DE MERCADORIAS EM GERAL LTDA. 24.486.986/0001-10	A aquisição de material de expediente, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco	14/08/2026 até 13/08/2027

● O contrato referente à **Ata de Registro de Preços nº 002/2026, Processo Licitatório nº 026/2026, Pregão Eletrônico nº 007/2026**, cujo objeto é a aquisição de material de expediente, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, conforme Contrato Administrativo nº **064/2026**.

CONTRATO Nº	EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	VIGÊNCIA
Contrato nº **064/2026**	GM COMÉRCIO LTDA 50.547.931/0001-82	A aquisição de material de expediente, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.	14/08/2026 até 13/08/2027

● O contrato referente à **Ata de Registro de Preços nº 002/2026, Processo Licitatório nº 026/2026, Pregão Eletrônico nº 007/2026**, cujo objeto é a aquisição de material de expediente, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, conforme Contrato Administrativo nº **065/2026**.

CONTRATO Nº	EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	VIGÊNCIA
Contrato nº **065/2026**	D V DE OLIVEIRA FRAGOSO 61.566.456/0001-08	A aquisição de material de expediente, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.	14/08/2026 até 13/08/2027

Defensoria Pública-Geral, em 10 de outubro de 2026
CLODOALDO BATISTA DE SOUSA TEIXEIRA
Defensor Público-Geral

PORTARIA Nº 1462/2026

Designa servidores para exercerem as funções de Fiscal de Contrato, para atuar no Contrato mencionado, no âmbito da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica e pela Constituição Federal e,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117, “caput” da Lei Federal nº. 14.133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração,

RESOLVE:

Art. 1º. - Nomear como FISCAL dos seguintes CONTRATOS de prestação de serviço de apoio à gestão a servidora Paula Karine Araújo Barbosa Cabral, matrícula 300.213-6, CPF/PE: 067.XXX.XXX-05 e como substituta a servidora Ana Elizabeth da Silva Pedrosa, matrícula 300.509-7, inscrita no CPF/PE nº 042.XXX.XXX-79, para os seguintes contratos de XXXX

● O contrato referente ao Processo oriundo Processo Licitatório nº 008/2026, MODALIDADE nº 003/2026, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de seguro total para 04 (quatro) veículos, para atender às necessidades da Defensoria pública do Estado de Pernambuco, conforme Contrato Administrativo nº 021/2026.

CONTRATO Nº	EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	VIGÊNCIA
Contrato nº 021/2026	GENTE SEGURADORA S/A, 90.180.605/0001-02	Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de seguro total para 04 (quatro) veículos, para atender às necessidades da Defensoria pública do Estado de Pernambuco.	24/03/2026 a 23/03/2027

Art. 2º. - A Fiscal do Contrato, ora nomeada, garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº. 14.133/2021, caberá, ainda, no que for compatível com o contrato em execução:
I – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
II – Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
III - zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados à Administração;
IV - Acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições, a execução dos serviços e obras contratadas;
V - Indicar as eventuais glosas das faturas;
VI- Informar ao Gestor do Contrato o eventual descumprimento dos compromissos pactuados, que poderá ensejar a aplicação de penalidades;
VII - Providenciar, quando necessário, o recibo ou termo circunstanciado referente ao recebimento do objeto do contrato e pagamento do preço ajustado, conforme definido no instrumento de contrato;
VIII – Controlar o prazo de vigência do contrato;
IX – Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;
X – Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
XI – Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;
XII – Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;
XIII – Manter, em sistema eletrônico, cópia dos processos de contratação;
XIV – Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
XV – Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;
XVI – Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;
XVII – Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;
XVIII - Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS e MUNICIPAL);
XIX - Exercer outras atribuições exigidas pela legislação pertinente.
Art. 3º. - Deverá ser remetida pelo Setor de Contrato à Fiscal nomeada, imediatamente após a ciência de sua nomeação, o Processo Administrativo para Execução Contratual (PAEC) contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.
Art. 4º. - Fica garantido à Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.
Art. 5º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Defensoria Pública-Geral, em 10 de outubro de 2026
CLODOALDO BATISTA DE SOUSA TEIXEIRA
Defensor Público-Geral

PORTARIA Nº 1463/2026

Designa servidores para exercerem as funções de Fiscal de Contrato, para atuar no Contrato mencionado, no âmbito da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica e pela Constituição Federal e,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117, “caput” da Lei Federal nº. 14.133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração,

RESOLVE:

Art. 1º. - Nomear a servidora Paula Karine Araújo Barbosa Cabral, matrícula 300.213-6, CPF/PE: 067.XXX.XXX-05 e como substituta a servidora Ana Elizabeth da Silva Pedrosa, matrícula 300.509-7, inscrita no CPF/PE nº 042.XXX.XXX-79, como FISCAL do CONTRATO nº **44/2026, (DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2026, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2026),** que tem como objeto a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de correção e adequação do sistema de prevenção e combate a incêndio do Núcleo da DPPE de Santa Cruz do Capibaribe.

CONTRATO Nº	EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	VIGÊNCIA
Contrato nº **44/2026**	**SALES & SOUZA SERVIÇOS LTDA.**, 54.649.034/0001-30	A contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de correção e adequação do sistema de prevenção e combate a incêndio do Núcleo da DPPE de Santa Cruz do Capibaribe.	15/05/2026 a 14/05/2027

Art. 2º. - A Fiscal do Contrato, ora nomeada, garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº. 14.133/2021, caberá, ainda, no que for compatível com o contrato em execução:
I – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
II – Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
III - zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados à Administração;
IV - Acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições, a execução dos serviços e obras contratadas;
V - Indicar as eventuais glosas das faturas;
VI- Informar ao Gestor do Contrato o eventual descumprimento dos compromissos pactuados, que poderá ensejar a aplicação de penalidades;
VII - Providenciar, quando necessário, o recibo ou termo circunstanciado referente ao recebimento do objeto do contrato e pagamento do preço ajustado, conforme definido no instrumento de contrato;
VIII – Controlar o prazo de vigência do contrato;
IX – Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;
X – Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
XI – Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;
XII – Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;
XIII – Manter, em sistema eletrônico, cópia dos processos de contratação;
XIV – Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
XV – Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;
XVI – Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;
XVII – Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;
XVIII - Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS e MUNICIPAL);
XIX - Exercer outras atribuições exigidas pela legislação pertinente.
Art. 3º. - Deverá ser remetida pelo Setor de Contrato à Fiscal nomeada, imediatamente após a ciência de sua nomeação, o Processo Administrativo para Execução Contratual (PAEC) contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.
Art. 4º. - Fica garantido à Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.
Art. 5º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Defensoria Pública-Geral, em 10 de outubro de 2026
CLODOALDO BATISTA DE SOUSA TEIXEIRA
Defensor Público-Geral

PORTARIA Nº 1464/2026

Designa servidores para exercerem as funções de Fiscal de Contrato, para atuar no Contrato mencionado, no âmbito da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica e pela Constituição Federal e,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117, “caput” da Lei Federal nº. 14.133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração,

RESOLVE:

Art. 1º. - Nomear como FISCAL dos seguintes CONTRATOS de prestação de serviços a servidora Paula Karine Araújo Barbosa Cabral, matrícula 300.213-6, CPF/PE: 067.XXX.XXX-05 e como substituta a servidora Ana Elizabeth da Silva Pedrosa, matrícula 300.509-7, inscrita no CPF/PE nº 042.XXX.XXX-79, para os seguintes contratos:

● O contrato referente ao **Processo Licitatório nº 019/2026, Dispensa de Licitação nº 005/2026,** que tem como objeto a contratação de empresa especializada para a aquisição e prestação de serviços de confecção de carimbos automáticos, cópias de chaves e serviços de chaveiro, a serem executados sob demanda, para atender às necessidades da Defensoria P**ública do Estado de Pernambuco**, conforme Contrato Administrativo nº **032/2026**

CONTRATO Nº	EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	VIGÊNCIA
Contrato nº **032/2026**	**SÉRGIO ALVES DA SILVA**, 19.168.683/0001-19	A contratação de empresa especializada para a aquisição e prestação de serviços de confecção de carimbos automáticos, cópias de chaves e serviços de chaveiro, a serem executados sob demanda, para atender às necessidades da Defensoria P**ública do Estado de Pernambuco**.	19/05/2026 a 18/05/2027

● O contrato referente ao **Processo Licitatório nº 025/2026, Dispensa de Licitação nº 008/2026,** que tem como objeto a contratação de empresa especializada para serviços de impressão, plotagem, aplicação e remoção de adesivos, sob demanda, para atender às necessidades da Defensoria P**ública do Estado de Pernambuco**, conforme contrato nº **043/2026.**

CONTRATO Nº	EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	VIGÊNCIA
Contrato nº **043/2026**	**MICROART SINALIZAÇÃO E GRÁFICA LTDA**, 01.162.178/0001-00	A contratação de empresa especializada para serviços de impressão, plotagem, aplicação e remoção de adesivos, sob demanda, para atender às necessidades da Defensoria P**ública do Estado de Pernambuco.**	18/05/2026 a 18/05/2027

● O contrato referente ao **Processo Licitatório nº 022/2026, Pregão Eletrônico nº 006/2026,** que tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de dedetização, desratização e descupinização, de forma preventiva e corretiva**,** para atender às necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, conforme contrato nº **041/2026.**

CONTRATO Nº	EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	VIGÊNCIA
Contrato nº **041/2026**	**W.S CONTROLE DE PRAGAS LTDA ME**, 08.027.076/0001-12	A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de dedetização, desratização e descupinização, de forma preventiva e corretiva**,** para atender às necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.	02/06/2026 a 02/06/2027

● O contrato referente ao **Processo Licitatório nº 031/2026**, Dispensa de Licitação nº 011/2026**,** que tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos, compreendendo a confecção de materiais personalizados, com instalação, destinados ao atendimento das necessidades**,** para atender às necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, conforme contrato nº **049/2026.**

CONTRATO Nº	EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	VIGÊNCIA
Contrato nº **049/2026**	ARTE EXPRESS SERVICOS LTDA - ME, 01.131.815/0001-72	A contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos, compreendendo a confecção de materiais personalizados, com instalação, destinados ao atendimento das necessidades**,** para atender às necessidades da Defensoria pública do Estado de Pernambuco**.**	03/06/2026 a 03/06/2027

● O contrato referente ao **Processo Licitatório nº 034/2026, Dispensa de Licitação nº 012/2026,** que tem como objeto a prestação de serviços de manutenção dos equipamentos de combate a incêndio, sob demanda, para atender às necessidades da Defensoria P**ública do Estado de Pernambuco**, conforme contrato nº **055/2026.**

CONTRATO Nº	EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	VIGÊNCIA
Contrato nº **055/2026**	**46.105.222 REBECA GONCALVES DA SILVA DANTAS**, 46.105.222/0001-70	A prestação de serviços de manutenção dos equipamentos de combate a incêndio, sob demanda, para atender às necessidades da Defensoria P**ública do Estado de Pernambuco**	17/06/2026 a 17/06/2027

● O contrato referente ao **Processo Licitatório nº 016/2026, Inexigibilidade nº 009/2026,** que tem como objeto a prestação de serviços de depósitos judiciais corporativos - DJC (Sistema de Informações de Depósitos Judiciais), compreendendo informações gerenciais, resgates centralizados e depósito judicial massificado, conforme contrato nº **052/2026.**

CONTRATO Nº	EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	VIGÊNCIA
Contrato nº **052/2026**	Banco do Brasil S.A. 00.000.000/0001-91	A prestação de serviços de depósitos judiciais corporativos - DJC (Sistema de Informações de Depósitos Judiciais), compreendendo informações gerenciais, resgates centralizados e depósito judicial massificado.	09/06/2026 a 08/06/2031

Art. 2º. - A Fiscal do Contrato, ora nomeada, garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº. 14.133/2021, caberá, ainda, no que for compatível com o contrato em execução:
I – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
II – Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
III - zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados à Administração;
IV - Acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições, a execução dos serviços e obras contratadas;
V - Indicar as eventuais glosas das faturas;
VI- Informar ao Gestor do Contrato o eventual descumprimento dos compromissos pactuados, que poderá ensejar a aplicação de penalidades;
VII - Providenciar, quando necessário, o recibo ou termo circunstanciado referente ao recebimento do objeto do contrato e pagamento do preço ajustado, conforme definido no instrumento de contrato;
VIII – Controlar o prazo de vigência do contrato;
IX – Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;
X – Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
XI – Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;
XII – Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;
XIII – Manter, em sistema eletrônico, cópia dos processos de contratação;
XIV – Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
XV – Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;
XVI – Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;
XVII – Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;
XVIII - Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS e MUNICIPAL);
XIX - Exercer outras atribuições exigidas pela legislação pertinente.
Art. 3º. - Deverá ser remetida pelo Setor de Contrato à Fiscal nomeada, imediatamente após a ciência de sua nomeação, o Processo Administrativo para Execução Contratual (PAEC) contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.
Art. 4º. - Fica garantido à Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.
Art. 5º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Defensoria Pública-Geral, em 10 de outubro de 2026
CLODOALDO BATISTA DE SOUSA TEIXEIRA
Defensor Público-Geral

PORTARIA Nº 1465/2026

Designa servidores para exercerem as funções de Fiscal de Contrato, para atuar no Contrato mencionado, no âmbito da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.
A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica e pela Constituição Federal e,
CONSIDERANDO o disposto no art. 117, “caput” da Lei Federal nº. 14.133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração,
RESOLVE:
Art. 1º. - Nomear a servidora Paula Karine Araújo Barbosa Cabral, matrícula 300.213-6, CPF/PE: 067.XXX.XXX-05 e como substituta a servidora Ana Elizabeth da Silva Pedrosa, matrícula 300.509-7, inscrita no CPF/PE nº 042.XXX.XXX-79, como FISCAL do CONTRATO nº **051/2026, (Processo Licitatório nº 029/2026, Dispensa de Licitação nº 010/2026),** que tem como objeto a contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para o fornecimento e a instalação de plataforma elevatória de acessibilidade no Núcleo da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, no Município de Sertânia/PE.

CONTRATO Nº	EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	VIGÊNCIA
Contrato nº **051/2026**	**PREVENT ELEVADORES E MÁQUINAS LTDA.**, 20.713.329/0001-07	A contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para o fornecimento e a instalação de plataforma elevatória de acessibilidade no Núcleo da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, no Município de Sertânia/PE.	17/06/2026 a 17/06/2027

Art. 2º. - A Fiscal do Contrato, ora nomeada, garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº. 14.133/2021, caberá, ainda, no que for compatível com o contrato em execução:
I – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
II – Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
III - zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados à Administração;
IV - Acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições, a execução dos serviços e obras contratadas;
V - Indicar as eventuais glosas das faturas;
VI- Informar ao Gestor do Contrato o eventual descumprimento dos compromissos pactuados, que poderá ensejar a aplicação de penalidades;
VII - Providenciar, quando necessário, o recibo ou termo circunstanciado referente ao recebimento do objeto do contrato e pagamento do preço ajustado, conforme definido no instrumento de contrato;
VIII – Controlar o prazo de vigência do contrato;
IX – Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;
X – Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
XI – Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;
XII – Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;
XIII – Manter, em sistema eletrônico, cópia dos processos de contratação;
XIV – Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
XV – Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;
XVI – Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;
XVII – Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;
XVIII - Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS e MUNICIPAL);
XIX - Exercer outras atribuições exigidas pela legislação pertinente.
Art. 3º. - Deverá ser remetida pelo Setor de Contrato à Fiscal nomeada, imediatamente após a ciência de sua nomeação, o Processo Administrativo para Execução Contratual (PAEC) contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.
Art. 4º. - Fica garantido à Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.
Art. 5º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Defensoria Pública-Geral, em 10 de outubro de 2026
CLODOALDO BATISTA DE SOUSA TEIXEIRA
Defensor Público-Geral

PORTARIA Nº 1466/2026

Designa servidores para exercerem as funções de Fiscal de Contrato, para atuar no Contrato mencionado, no âmbito da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.
A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica e pela Constituição Federal e,
CONSIDERANDO o disposto no art. 117, “caput” da Lei Federal nº. 14.133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração,
RESOLVE:
Art. 1º. - Nomear como FISCAL dos seguintes CONTRATOS de locação a servidora Ana Elizabeth da Silva Pedrosa, matrícula 300.509-7, inscrita no CPF/PE nº 042.XXX.XXX-79, e como substituta a servidora Luana Barros de Melo, matrícula 300.092-3, inscrita no CPF/PE nº 094.XXX.XXX-24,

- Contrato referente ao **Processo Licitatório nº 023/2026, Inexigibilidade nº 011/2026**, cujo objeto é a locação do imóvel situado na Rua Zuleide Galvão Lins, nº 055, Santa Luzia, Gravatá, Pernambuco, CEP: 55.641-625, conforme Contrato Administrativo nº **037/2026**.

CONTRATO Nº	EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	VIGÊNCIA
Contrato nº **037/2026**	**LIGA DESPORTIVA GRAVATAENSE**, 08.057.457/0001-44	A locação do imóvel situado na Rua Zuleide Galvão Lins, nº 055, Santa Luzia, Gravatá, Pernambuco, CEP: 55.641-625	14/04/2026 a 13/10/2026

- Contrato referente ao Processo Administrativo oriundo da **Adesão n° 002/2026 à Ata de Registro de Preços nº 870/2025 do Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da CELIC, Processo Licitatório nº 24/1300-0007446-1, Pregão Eletrônico nº 063/2025**, cujo objeto a aquisição de 03 Kits de Primeiros Socorros, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, conforme Contrato Administrativo nº **042/2026**.

CONTRATO Nº	EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	VIGÊNCIA
042/2026	ORTOPRATIKA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. 61.148.037/0001-56	A aquisição de 03 Kits de Primeiros Socorros, para atender às necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.	02/06/2026 a 02/06/2027

- Contrato referente ao **Processo Licitatório nº 035/2026, Inexigibilidade nº 013/2026**, cujo objeto é a locação do imóvel situado na Avenida Conde da Boa Vista, nº 1.450, Boa Vista, Recife, Pernambuco, CEP.: 50.060-001, mais especificamente e, exclusivamente, Bloco A, Casarão e 32 (Trinta e Duas) Vagas de Estacionamento localizadas no Subsolo, conforme Contrato Administrativo nº **056/2026**.

CONTRATO Nº	EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	VIGÊNCIA
Contrato nº **056/2026**	**ÁGIL - AGILIDADE COMERCIAL, REPRESENTAÇÕES E PARTICIPAÇÕES S/A**, 04.809.727/0001-75	A locação do imóvel situado na Avenida Conde da Boa Vista, nº 1.450, Boa Vista, Recife, Pernambuco, CEP.: 50.060-001, mais especificamente e, exclusivamente, Bloco A, Casarão e 32 (Trinta e Duas) Vagas de Estacionamento localizadas no Subsolo	02/07/2026 a 01/07/2031

Art. 2º. - A Fiscal do Contrato, ora nomeada, garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº. 14.133/2021, caberá, ainda, no que for compatível com o contrato em execução:
I – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
II – Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
III - zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados à Administração;
IV - Acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições, a execução dos serviços e obras contratadas;
V - Indicar as eventuais glosas das faturas;
VI- Informar ao Gestor do Contrato o eventual descumprimento dos compromissos pactuados, que poderá ensejar a aplicação de penalidades;
VII - Providenciar, quando necessário, o recibo ou termo circunstanciado referente ao recebimento do objeto do contrato e pagamento do preço ajustado, conforme definido no instrumento de contrato;
VIII – Controlar o prazo de vigência do contrato;
IX – Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;
X – Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
XI – Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;
XII – Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;
XIII – Manter, em sistema eletrônico, cópia dos processos de contratação;
XIV – Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
XV – Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;
XVI – Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;
XVII – Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;
XVIII - Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS e MUNICIPAL);
XIX - Exercer outras atribuições exigidas pela legislação pertinente.
Art. 3º. - Deverá ser remetida pelo Setor de Contrato à Fiscal nomeada, imediatamente após a ciência de sua nomeação, o Processo Administrativo para Execução Contratual (PAEC) contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.
Art. 4º. - Fica garantido à Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.
Art. 5º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Defensoria Pública-Geral, em 10 de outubro de 2026
CLODOALDO BATISTA DE SOUSA TEIXEIRA
Defensor Público-Geral

PORTARIA Nº 1467/2026

Designa servidores para exercerem as funções de Fiscal de Contrato, para atuar no Contrato mencionado, no âmbito da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.
A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica e pela Constituição Federal e,
CONSIDERANDO o disposto no art. 117, “caput” da Lei Federal nº. 14.133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração,
RESOLVE:
Art. 1º. - Nomear para fiscalização de contratos dos seguintes CONTRATOS de prestação de serviços a servidora Ana Elizabeth da Silva Pedrosa, matrícula 300.509-7, inscrita no CPF/PE nº 042.XXX.XXX-79, e como substituta a servidora Luana Barros de Melo, matrícula 300.092-3, inscrita no CPF/PE nº 094.XXX.XXX-24:

- Contrato referente ao **Processo Licitatório nº 20/2026, Dispensa de Licitação nº 006/2026**, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para confecção, aquisição, execução de serviço de instalação e reforma de toldo, para atender às necessidades da Defensoria pública do Estado de Pernambuco, conforme Contrato Administrativo nº **053/2026**.

CONTRATO Nº	EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	VIGÊNCIA
Contrato nº 053/2026	PROTOLDO INDÚSTRIA E COMERCIO DE COBERTURA LTDA., 08.193.542/0001-30	A contratação de empresa especializada para confecção, aquisição, execução de serviço de instalação e reforma de toldo, para atender às necessidades da Defensoria pública do Estado de Pernambuco.	08/07/2026 a 08/07/2027

- Contrato referente ao **Processo Licitatório nº 014/2026, Dispensa de Licitação nº 003/2026**, cujo objeto é a contratação de serviços de manutenção do elevador do Núcleo da Defensoria Pública em Caruaru/PE, para atender **à**s necessidades da Defensoria **Pública do Estado de Pernambuco, conforme Contrato Administrativo nº 060/2026**.

CONTRATO Nº	EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	VIGÊNCIA
Contrato nº **060/2026**	46.089.982 ELIVAN FERREIRA DA SILVA 46.089.982/0001-30	A contratação de serviços de manutenção do elevador do Núcleo da Defensoria Pública em Caruaru/PE, para atender **à**s necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco	17/08/2026 a 16/08/2027

Contrato referente ao **Processo Licitatório nº 042/2026, Pregão Eletrônico nº 017/2026**, cujo objeto é a prestação de serviços de ornamentação de ambientes em eventos institucionais, para atender às necessidades da Defensoria pública do Estado de Pernambuco, conforme contrato Administrativo nº **085/2026**.

CONTRATO Nº	EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	VIGÊNCIA
Contrato nº **085/2026**	MUSA TROPICAL LTDA. 05.379.833/0001-29	A prestação de serviços de ornamentação de ambientes em eventos institucionais, para atender às necessidades da Defensoria pública do Estado de Pernambuco.	18/08/2026 a 17/08/2027

Art. 2º. - A Fiscal do Contrato, ora nomeada, garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº. 14.133/2021, caberá, ainda, no que for compatível com o contrato em execução:
I – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
II – Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
III - zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados à Administração;
IV - Acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições, a execução dos serviços e obras contratadas;
V - Indicar as eventuais glosas das faturas;
VI- Informar ao Gestor do Contrato o eventual descumprimento dos compromissos pactuados, que poderá ensejar a aplicação de penalidades;
VII - Providenciar, quando necessário, o recibo ou termo circunstanciado referente ao recebimento do objeto do contrato e pagamento do preço ajustado, conforme definido no instrumento de contrato;

VIII – Controlar o prazo de vigência do contrato;
IX – Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;
X – Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
XI – Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;
XII – Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;
XIII – Manter, em sistema eletrônico, cópia dos processos de contratação;
XIV – Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
XV – Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;
XVI – Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;
XVII – Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;
XVIII - Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS e MUNICIPAL);
XIX - Exercer outras atribuições exigidas pela legislação pertinente.
Art. 3º. - Deverá ser remetida pelo Setor de Contrato à Fiscal nomeada, imediatamente após a ciência de sua nomeação, o Processo Administrativo para Execução Contratual (PAEC) contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.
Art. 4º. - Fica garantido à Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.
Art. 5º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Defensoria Pública-Geral, em 10 de outubro de 2026
CLODOALDO BATISTA DE SOUSA TEIXEIRA
Defensor Público-Geral

PORTARIA Nº 1468/2026
Designa servidores para exercerem as funções de Fiscal de Contrato, para atuar no Contrato mencionado, no âmbito da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.
A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica e pela Constituição Federal e,
CONSIDERANDO o disposto no art. 117, “caput” da Lei Federal nº. 14.133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração,
RESOLVE:
Art. 1º. - Nomear como FISCAL do CONTRATO nº **066/2026 (Processo Licitatório nº 024/2026, Dispensa de Licitação nº 007/2026)** a servidora Ana Elizabeth da Silva Pedrosa, matrícula 300.509-7, inscrita no CPF/PE nº 042.XXX.XXX-79, e como substituta a servidora Luana Barros de Melo, matrícula 300.092-3, inscrita no CPF/PE nº 094.XXX.XXX-24, cujo objeto é o fornecimento de bolo destinado ao casamento comunitário, para atender às necessidades da Defensoria pública do Estado de Pernambuco.

CONTRATO Nº	EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	VIGÊNCIA
Contrato nº **066/2026**	TANIA BONFIM BOLOS LTDA. 40.553.766/0001-18	O fornecimento de bolo destinado ao casamento comunitário, para atender às necessidades da Defensoria pública do Estado de Pernambuco.	30/07/2026 a 29/07/2027

Art. 2º. - A Fiscal do Contrato, ora nomeada, garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº. 14.133/2021, caberá, ainda, no que for compatível com o contrato em execução:
I – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
II – Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
III - zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados à Administração;
IV - Acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições, a execução dos serviços e obras contratadas;
V - Indicar as eventuais glosas das faturas;
VI- Informar ao Gestor do Contrato o eventual descumprimento dos compromissos pactuados, que poderá ensejar a aplicação de penalidades;
VII - Providenciar, quando necessário, o recibo ou termo circunstanciado referente ao recebimento do objeto do contrato e pagamento do preço ajustado, conforme definido no instrumento de contrato;
VIII – Controlar o prazo de vigência do contrato;
IX – Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;
X – Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
XI – Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;
XII – Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;
XIII – Manter, em sistema eletrônico, cópia dos processos de contratação;
XIV – Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
XV – Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;
XVI – Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;
XVII – Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;
XVIII - Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS e MUNICIPAL);
XIX - Exercer outras atribuições exigidas pela legislação pertinente.
Art. 3º. - Deverá ser remetida pelo Setor de Contrato à Fiscal nomeada, imediatamente após a ciência de sua nomeação, o Processo Administrativo para Execução Contratual (PAEC) contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.
Art. 4º. - Fica garantido à Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.
Art. 5º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Defensoria Pública-Geral, em 10 de outubro de 2026
CLODOALDO BATISTA DE SOUSA TEIXEIRA
Defensor Público-Geral

PORTARIA Nº 1469/2026
Designa servidores para exercerem as funções de Fiscal de Contrato, para atuar no Contrato mencionado, no âmbito da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.
A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica e pela Constituição Federal e,
CONSIDERANDO o disposto no art. 117, “caput” da Lei Federal nº. 14.133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração,
RESOLVE:

Art. 1º. - Nomear como FISCAL do CONTRATO nº **078/2026 (Processo Licitatório nº 044/2026, Inexigibilidade nº 014/2026**, com **FÓRUM NACIONAL DE COMUNICAÇÃO E JUSTIÇA)** a servidora Ana Elizabeth da Silva Pedrosa, matrícula 300.509-7, inscrita no CPF/PE nº 042.XXX.XXX-79, e como substituta a servidora Luana Barros de Melo, matrícula 300.092-3, inscrita no CPF/PE nº 094.XXX.XXX-24, , cujo objeto é o pagamento de 03 (três) inscrições para participação no XX Congresso Brasileiro dos Assessores de Comunicação do Sistema de Justiça (Conbrascom 2026)

CONTRATO Nº	EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	VIGÊNCIA
Contrato nº **078/2026**	FÓRUM NACIONAL DE COMUNICAÇÃO E JUSTIÇA 05.569.714/0001-39	O pagamento de 03 (três) inscrições para participação no XX Congresso Brasileiro dos Assessores de Comunicação do Sistema de Justiça (Conbrascom 2026).	27/07/2026 até 27/11/2026

Art. 2º. - A Fiscal do Contrato, ora nomeada, garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº. 14.133/2021, caberá, ainda, no que for compatível com o contrato em execução:
I – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
II – Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
III - zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados à Administração;
IV - Acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições, a execução dos serviços e obras contratadas;
V - Indicar as eventuais glosas das faturas;
VI- Informar ao Gestor do Contrato o eventual descumprimento dos compromissos pactuados, que poderá ensejar a aplicação de penalidades;
VII - Providenciar, quando necessário, o recibo ou termo circunstanciado referente ao recebimento do objeto do contrato e pagamento do preço ajustado, conforme definido no instrumento de contrato;
VIII – Controlar o prazo de vigência do contrato;
IX – Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;
X – Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
XI – Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;
XII – Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;
XIII – Manter, em sistema eletrônico, cópia dos processos de contratação;
XIV – Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
XV – Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;
XVI – Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;
XVII – Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;
XVIII - Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS e MUNICIPAL);
XIX - Exercer outras atribuições exigidas pela legislação pertinente.
Art. 3º. - Deverá ser remetida pelo Setor de Contrato à Fiscal nomeada, imediatamente após a ciência de sua nomeação, o Processo Administrativo para Execução Contratual (PAEC) contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.
Art. 4º. - Fica garantido à Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.
Art. 5º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Defensoria Pública-Geral, em 10 de outubro de 2026
CLODOALDO BATISTA DE SOUSA TEIXEIRA
Defensor Público-Geral

PORTARIA Nº 1470/2026
Designa servidores para exercerem as funções de Fiscal de Contrato, para atuar no Contrato mencionado, no âmbito da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.
A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica e pela Constituição Federal e,
CONSIDERANDO o disposto no art. 117, “caput” da Lei Federal nº. 14.133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração,
RESOLVE:

Art. 1º. - Nomear como FISCAL dos seguintes CONTRATOS de aquisição e serviços na área de T.I. a servidora Luana Barros de Melo, matrícula 300.092-3, inscrita no CPF/PE nº 094.XXX.XXX-24 e como substituta Paula Karine Araújo Barbosa Cabral, matrícula 300.213-6, CPF/PE: 067.XXX.XXX-05,

- Contrato referente a Ata de Adesão nº 001/2026 ao Contrato Corporativo nº 002/SAD/ATI/2026, decorrente do Processo de Inexigibilidade nº 093.2026.AC-59.IN.0038.SAD.ATI, formalizada através do Termo de Adesão 002.2026.DEFENSORIA.001, celebrado pelo Estado de Pernambuco, através da Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco, com o Consórcio Pe Conectado - Lote 1, cujo objeto é a Prestação de Serviços de Rede Corporativa e Internet, segurança, processamento e armazenamento em nuvem, para atender às necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, conforme Contrato Administrativo nº. 043/2022.

CONTRATO Nº	EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	VIGÊNCIA
043/2022	1Telecom Serviços de Tecnologia em Internet Ltda 11.844.663/0001-09	Prestação de serviços de Rede Corporativa de Telemática - Serviços Fixos, a fim de atender às necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.	23/07/2022 a 22/07/2027

- Contrato referente **Processo Licitatório nº 027/2026, Inexigibilidade nº 012/2026**, cujo objeto é a contratação da solução ProID, destinada à emissão, gestão e validação de Carteiras Funcionais Digitais no âmbito da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, conforme Contrato Administrativo nº **048/2026**.

CONTRATO Nº	EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	VIGÊNCIA
048/2026	MÉTODO TELECOMUNICAÇÕES E COMÉRCIO LTDA,	A contratação da solução ProID, destinada à emissão, gestão e validação de Carteiras Funcionais Digitais no âmbito da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.	04/06/2026 a 04/06/2027

- Contrato referente a Ata de **Adesão nº 004/2026** à **Ata de Registro de Preços nº 209/2025-I**, decorrente do **Processo Administrativo nº 121701234**, oriundo do **Pregão Eletrônico nº 320/2024**, cujo Órgão Gerenciador é a **SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SUBSECRETARIA DE COMPRAS PÚBLICAS do Estado de Minas Gerais**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.461.142/0001-70, cujo objeto é a aquisição de 100 (cem) microcomputadores do tipo desktop, para atender às necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, conforme Contrato Administrativo nº. 077/2026.

CONTRATO Nº	EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	VIGÊNCIA
077/2026	DATEN TECNOLOGIA LTDA., 04.602.789/0001-01	A aquisição de 100 (cem) microcomputadores do tipo desktop, para atender às necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.	04/08/2026 a 03/08/2027

- Contrato referente a **Processo Licitatório nº 036/2026, Pregão Eletrônico nº 011/2026**, cujo objeto é a aquisição de componentes de hardware de alta performance, para atender às necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, conforme Contrato Administrativo nº. **084/2026**.

CONTRATO Nº	EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	VIGÊNCIA
084/2026	THADS SERVIÇOS LTDA. 27.120.037/0001-00	Aquisição de componentes de hardware de alta performance, para atender às necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.	14/08/2026 a 13/08/2027

- Contrato referente a Ata de **Adesão nº 006/2026 (004.2026.DEFENSORIA.001)** ao **Contrato Corporativo nº 004/SAD/ATI/2026**, decorrente do **Processo Licitatório nº 157.2025.AC-14.PE.0877.SAD**, oriundo do **Pregão Eletrônico nº 90877.2025 (COMPRAS. GOV)**, celebrado pelo **ESTADO DE PERNAMBUCO**, através da **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, cujo objeto é a prestação de serviços de Tráfego Telefônico Extrarrede e Extrarrede Reverso, a fim de atender às necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, conforme Contrato Administrativo nº. 082/2026.

CONTRATO Nº	EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	VIGÊNCIA
082/2026	MÉTODO TELECOMUNICAÇÕES E COMÉRCIO LTDA 65.295.172/0001-85	Prestação de serviços de Tráfego Telefônico Extrarrede e Extrarrede Reverso, a fim de atender às necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.	22/08/2026 a 22/06/2027

- Contrato decorrente do **Processo Licitatório nº 036/2026, Pregão Eletrônico nº 011/2026**, cujo objeto é aquisição de componentes de hardware de alta performance, para atender **às** necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, conforme Contrato Administrativo nº. **083/2026**.

CONTRATO Nº	EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	VIGÊNCIA
083/2026	J & A E-COMMERCE LTDA 24.608.949/0001-37	Aquisição de componentes de hardware de alta performance, para atender **às** necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.	14/08/2026 a 13/08/2027

Defensoria Pública-Geral, em 10 de outubro de 2026
CLODOALDO BATISTA DE SOUSA TEIXEIRA
Defensor Público-Geral

PORTARIA Nº 1471/2026
Designa servidores para exercerem as funções de Fiscal de Contrato, para atuar no Contrato mencionado, no âmbito da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.
A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica e pela Constituição Federal e,
CONSIDERANDO o disposto no art. 117, “caput” da Lei Federal nº. 14.133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração,
RESOLVE:
Art. 1º. - Nomear como FISCAL dos seguintes CONTRATOS de Terceirização de mão de obra a servidora Luana Barros de Melo, matrícula 300.092-3, inscrita no CPF/PE nº 094.XXX.XXX-24 e como substituta Paula Karine Araújo Barbosa Cabral, matrícula 300.213-6, CPF/PE: 067.XXX.XXX-05,

- Contrato oriundo da **Ata de Registro de Preços nº 003/2024, Processo Licitatório nº 006/2024, Pregão Eletrônico nº 003/2024**, cujo objeto é a contratação de serviços continuados de terceirização de mão de obra para atender às necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, conforme Contrato Administrativo **nº 016/2026.**

CONTRATO Nº	EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	VIGÊNCIA
016/2026	TOPPUS SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	A contratação de serviços continuados de terceirização de mão de obra para atender às necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.	23/03/2026 a 22/03/2027

• Contrato oriundo da **Ata de Registro de Preços nº 001/2026; Processo Licitatório nº 015/2026; Pregão Eletrônico nº 004/2026**, cujo objeto é a Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de serviços continuados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, destinados a atividades auxiliares de informática, conforme Contrato Administrativo **nº** 039/2026**.**

CONTRATO Nº	EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	VIGÊNCIA
039/2026	**MESHA TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA,** 10.771.790/0001-62	Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de serviços continuados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, destinados a atividades auxiliares de informática	04/05/2026 a 03/05/2027

• Contrato oriundo da **Ata de Registro de Preços nº 004/2025, Processo Licitatório nº 020/2025, Pregão Eletrônico nº 010/2025**, cujo objeto é a contratação de serviços continuados de terceirização de mão de obra para atendimento das necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, conforme Contrato Administrativo **nº 079/2026.**

CONTRATO Nº	EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	VIGÊNCIA
079/2026	TOPPUS SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL 09.281.162/0001-10	Contratação de serviços continuados de terceirização de mão de obra para atendimento das necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.	17/08/2026 a 16/08/2027

Art. 2º. - A Fiscal do Contrato, ora nomeada, garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº. 14.133/2021, caberá, ainda, no que for compatível com o contrato em execução:
I – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
II – Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
III - zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados à Administração;
II - Acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições, a execução dos serviços e obras contratadas;
III - Indicar as eventuais glosas das faturas;
IV - Informar ao Gestor do Contrato o eventual descumprimento dos compromissos pactuados, que poderá ensejar a aplicação de penalidades;
V - Providenciar, quando necessário, o recibo ou termo circunstanciado referente ao recebimento do objeto do contrato e pagamento do preço ajustado, conforme definido no instrumento de contrato;
III – Controlar o prazo de vigência do contrato;
IV – Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;
V – Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
VI – Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;
VII – Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;
VIII – Manter, em sistema eletrônico, cópia dos processos de contratação;
IX – Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
X – Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;
XI – Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;
XII – Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;
XIII - Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS e MUNICIPAL);
XIV - Exercer outras atribuições exigidas pela legislação pertinente.
Art. 3º. - Deverá ser remetida pelo Setor de Contrato à Fiscal nomeada, imediatamente após a ciência de sua nomeação, o Processo Administrativo para Execução Contratual (PAEC) contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.
Art. 4º. - Fica garantido à Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.
Art. 5º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Defensoria Pública-Geral, em 10 de outubro de 2026
CLODOALDO BATISTA DE SOUSA TEIXEIRA
Defensor Público-Geral

FERIADOS 2027

PORTARIA Nº 1472/2026
Ementa: Dispõe sobre o calendário dos feriados do ano de 2027, no âmbito da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.

O EXCELENTÍSSIMO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar que não haverá expediente, no ano de 2027, no âmbito da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, nos seguintes feriados:

I – 1º de janeiro, sexta-feira – Confraternização Universal;
II – 8 de fevereiro, segunda-feira – Carnaval;
III – 9 de fevereiro, terça-feira – Carnaval;
IV – 10 de fevereiro, quarta-feira – Cinzas;
V – 6 de março, sábado – Data Magna de Pernambuco, nos termos da Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017;
VI – 25 de março, quinta-feira – Semana Santa (Quinta-feira Santa);
VII – 26 de março, sexta-feira – Semana Santa (Paixão de Cristo);
VIII – 28 de março, domingo – Páscoa;
IX – 21 de abril, quarta-feira – Tiradentes;
X – 1º de maio, sábado – Dia do Trabalho;
XI – 28 de maio, sexta-feira – em razão de Corpus Christi, transferido do dia 27 de maio, quinta-feira;
XII – 24 de junho, quinta-feira – São João;
XIII – 9 de agosto, segunda-feira – em razão do Dia dos Cursos Jurídicos, antecipado do dia 11 de agosto, quarta-feira;
XIV – 7 de setembro, terça-feira – Independência do Brasil;
XV – 12 de outubro, terça-feira – Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil;
XVI – 29 de outubro, sexta-feira – Dia do Servidor Público, transferido do dia 28 de outubro, quinta-feira;
XVII – 02 de novembro, terça-feira – Dia de Finados;
XVIII – 15 de novembro, segunda-feira – Proclamação da República;
XIX – 20 de novembro, sábado – Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, nos termos da Lei nº 14.759, de 21 de dezembro de 2023;
XX – 8 de dezembro, quarta-feira – Nossa Senhora da Conceição e Dia da Justiça, nos termos do Decreto-Lei nº 8.292, de 5 de dezembro de 1945, e do art. 5º da Lei nº 1.408, de 9 de agosto de 1951;
XXI – 25 de dezembro, sábado – Natal.
Parágrafo único. Além dos feriados fixados em leis especiais, serão feriados, no âmbito da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, os dias **2, 3, 4, 5 e 6 de janeiro; 23, 25, 26, 27, 28, 29 e 30 de junho; e 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30 e 31 de dezembro de 2027**, nos termos da legislação aplicável.
Art. 2º Não haverá expediente na Defensoria Pública do Estado, nas demais Unidades Defensoriais e Administrativas localizadas na Cidade do Recife, no dia **16 de julho de 2027, sexta-feira**, em razão do feriado municipal de Nossa Senhora do Carmo.
Art. 3º No dia **5 de fevereiro de 2027, sexta-feira**, véspera do feriado de Carnaval, o expediente será normal no âmbito da Defensoria Pública do Estado, ficando determinado, todavia, o trabalho remoto nas unidades eventualmente localizadas no Palácio da Justiça, no Fórum Paula Batista e no Fórum Thomaz de Aquino, em razão das restrições de acesso decorrentes das festividades de Carnaval.
Art. 4º Não haverá expediente defensorial, no ano de 2027, nas cidades do interior do Estado, nos feriados definidos em lei municipal.
Art. 5º Nos dias em que não houver expediente regular, a Defensoria Pública atuará em regime de **Plantão Integrado Permanente**, na forma da regulamentação vigente.
Art. 6º O presente calendário poderá ser alterado em razão de relevante interesse público ou motivo de força maior.
Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se. Cumpra-se.

Defensoria Pública-Geral, em 10 de outubro de 2026
CLODOALDO BATISTA DE SOUSA TEIXEIRA
Defensor Público-Geral

RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 1473/2026

Publicar a concessão de folga em razão de trabalhos no Plantão Integrado Permanente, com fundamento no art. 2º da Resolução do CSDP nº 04, publicada em 10.06.2026 dos(as) Excelentíssimos(as) Defensores(as) Público(as) abaixo:

DEFENSOR PÚBLICO	MATRÍCULA	DIAS TRABALHADOS	DIAS DE FOLGA	PROCESSO SEI/DPPE
EVANDRO MOTA ARAÚJO	298.487-3	23.05.2026	07.01.2027	2500000064.001060/2026-55
MIRELLA LEAL CABRAL MACIEL	300.511-9	01.08.2026	29.10.2026	2500000103.000548/2026-51
JULIANA SOARES MADEIRA	299.107-1	05.09.2026	26.10.2026	2500000094.000848/2026-97
MÔNICA ALVES BESSA	286.990-0	06.06.2026 27.06.2026	16.10.2026 19.10.2026	2500000121.001676/2026-02
RAÍZA FERNANDES ARAGÃO	299.336-8	22.08.2026 13.09.2026	23.10.2026 13.11.2026	2500000117.001320/2026-20

Defensoria Pública-Geral, em 10 de outubro de 2026
CLODOALDO BATISTA DE SOUSA TEIXEIRA
Defensor Público-Geral

PORTARIA Nº 1474/2026
Conceder 180 (cento e oitenta) dias, de licença prêmio, referentes ao 1º decênio, de serviço público estadual, a partir de 15.08.2026, ao Excelentíssimo Defensor Público **LUIZ GUSTAVO DO NASCIMENTO CARDOSO, matrícula nº 299.332-5,** para serem gozados em momento oportuno.
(Processo – SEI 2500000130.000463/2026-46).

Defensoria Pública-Geral, em 10 de outubro de 2026
CLODOALDO BATISTA DE SOUSA TEIXEIRA
Defensor Público-Geral

PORTARIA Nº 1475/2026
Autorizar o afastamento, em razão de convocação para prestação de serviços à Justiça Eleitoral, da Excelentíssima Defensora Pública **AIXA BÁRBARA MARQUES BARBOSA**, **matrícula nº 298.487-3**, nos dias 02.09.2026 e 01, 02, 03, 04 e 05 de outubro de 2026 e nos dias 22, 23, 24, 25 e 26 de outubro de 2026, nos termos da legislação eleitoral aplicável.
(Processo – SEI 2500000069.001718/2026-89).

Defensoria Pública-Geral, em 10 de outubro de 2026
CLODOALDO BATISTA DE SOUSA TEIXEIRA
Defensor Público-Geral

PORTARIA Nº 1476/2026
Deferir o gozo de 10 (dez) dias de férias à Excelentíssima Defensora Pública **MARIA LUIZA RAMOS VIEIRA SANTOS, matrícula nº 119.494-1**, a partir de 07.12.2026, referentes ao exercício 2025 (1ª parcela).
(Processo – SEI 2500000150.000259/2026-97).

Defensoria Pública-Geral, em 10 de outubro de 2026
CLODOALDO BATISTA DE SOUSA TEIXEIRA
Defensor Público-Geral

PORTARIA Nº 1477/2026
Deferir o gozo de 10 (dez) dias de férias à Excelentíssima Defensora Pública **ERIKA KARLA FARIAS MOURA DINIZ, matrícula nº 263.261-6**, a partir de 18.11.2026, referentes ao exercício 2026 (1ª parcela do 2º período).
(Processo – SEI 2500000076.000695/2026-04).

Defensoria Pública-Geral, em 10 de outubro de 2026
CLODOALDO BATISTA DE SOUSA TEIXEIRA
Defensor Público-Geral

PORTARIA Nº 1478/2026
Deferir o gozo de 10 (dez) dias de férias ao Excelentíssimo Defensor Público **HENRIQUE ALENCAR DE MAGALHÃES OLIVEIRA TENÓRIO, matrícula nº 297.291-3**, a partir de 03.11.2026, referentes ao exercício 2024.
(Processo – SEI 2500000090.001498/2026-16).

Defensoria Pública-Geral, em 10 de outubro de 2026
CLODOALDO BATISTA DE SOUSA TEIXEIRA
Defensor Público-Geral

PORTARIA Nº 1479/2026
Deferir o gozo de 12 (doze) dias de férias à Excelentíssima Defensora Pública **EDIVANE CRISTINA TENÓRIO DE ANDRADE BASTOS, matrícula nº 298.782-1**, a partir de 19.10.2026, referentes ao exercício 2026 (1ª parcela do 2º período).
(Processo – SEI 2500000077.001180/2026-11).

Defensoria Pública-Geral, em 10 de outubro de 2026
CLODOALDO BATISTA DE SOUSA TEIXEIRA
Defensor Público-Geral

PORTARIA Nº 1480/2026
Deferir o gozo de 12 (doze) dias de férias à Excelentíssima Defensora Pública **EDIVANE CRISTINA TENÓRIO DE ANDRADE BASTOS, matrícula nº 298.782-1**, a partir de 23.11.2026, sendo 10 (dez) dias, referentes ao exercício 2025 e 02 (dois) dias, referentes ao exercício 2026.
(Processo – SEI 2500000077.001180/2026-11).

Defensoria Pública-Geral, em 10 de outubro de 2026
CLODOALDO BATISTA DE SOUSA TEIXEIRA
Defensor Público-Geral

PORTARIA Nº 1481/2026
Publicar a concessão de 30 (trinta) dias de Licença para Tratamento de Saúde, com fundamento no art. 115 da Lei Estadual n° 6.123 de 20 de julho de 1968, a partir de 25.09.2026, ao Excelentíssimo Defensor Público **GREGORY VICTOR PINTO DE FARIAS, matrícula nº 297.680-3,** conforme Laudo Médico Pericial, do Serviço de Perícias Médicas e Segurança do Trabalho do Estado de Pernambuco e Laudo Médico nº 311858.
(Processo – SEI 2500000047.002426/2026-11).

Defensoria Pública-Geral, em 10 de outubro de 2026
CLODOALDO BATISTA DE SOUSA TEIXEIRA
Defensor Público-Geral

PORTARIA Nº 1482/2026
Publicar a concessão de 10 (dez) dias de Licença para Tratamento de Saúde, com fundamento no art. 115 da Lei Estadual 6.123 de 20/07/1968, a partir de 24.09.2026, ao Excelentíssimo Defensor Público **MARCOS ROBERTSON DA LUZ CARIBE, matrícula nº 256.034-8,** conforme Laudo Médico Pericial, do Serviço de Perícias Médicas e Segurança do Trabalho do Estado de Pernambuco e Laudo Médico nº 311890.
(Processo – SEI 2500000052.002079/2026-58).

Defensoria Pública-Geral, em 10 de outubro de 2026
CLODOALDO BATISTA DE SOUSA TEIXEIRA
Defensor Público-Geral

PORTARIA Nº 1483/2026
Deferir o gozo de 10 (dez) dias de férias à Excelentíssima Defensora Pública **RENATA PATRÍCIA OLIVEIRA NÓBREGA GAMBARRA, matrícula nº 297.741-9**, a partir de 13.10.2026, referentes ao exercício 2026 (1ª parcela do 2º período).
(Processo – SEI 2500000150.000268/2026-88).

Defensoria Pública-Geral, em 10 de outubro de 2026
CLODOALDO BATISTA DE SOUSA TEIXEIRA
Defensor Público-Geral

PORTARIA Nº 1484/2026
Conceder 180 (cento e oitenta) dias de licença prêmio, referentes ao 1º decênio, de serviço Público Estadual, a partir de 29.05.2020, à Excelentíssima Defensora Pública **ANA RAQUEL BITU COSTA, matrícula nº 297.277-8,** para serem gozados em momento oportuno.
(Processo – SEI 2500000063.002853/2026-00).

Defensoria Pública-Geral, em 10 de outubro de 2026
CLODOALDO BATISTA DE SOUSA TEIXEIRA
Defensor Público-Geral

PORTARIA Nº 1485/2026
Deferir o gozo de 20 (vinte) dias de férias à Excelentíssima Defensora Pública **CLARA TAYANE DOS SANTOS SOUZA, matrícula nº 299.098-9**, a partir de 11.11.2026, referentes ao exercício 2026 (1ª parcela do 2º período).
(Processo – SEI 2500000121.001656/2026-23).

Defensoria Pública-Geral, em 10 de outubro de 2026
CLODOALDO BATISTA DE SOUSA TEIXEIRA
Defensor Público-Geral

PORTARIA Nº 1486/2026
Publicar a concessão de 90 (noventa) dias de Licença para Tratamento de Saúde, com fundamento no art. 115 da Lei Estadual 6.123 de 20/07/1968, a partir de 11.08.2026, ao Excelentíssimo Defensor Público **WELLINGTON NAPOLEAO DE ARAUJO LEAO, matrícula nº 119.783-5,** conforme Laudo Médico Pericial, do Serviço de Perícias Médicas e Segurança do Trabalho do Estado de Pernambuco e Laudo Médico nº 308895.
(Processo – SEI 2500000114.000219/2026-81).

Defensoria Pública-Geral, em 10 de outubro de 2026
CLODOALDO BATISTA DE SOUSA TEIXEIRA
Defensor Público-Geral

PORTARIA Nº 1487/2026
Deferir o gozo de 17 (dezessete) dias de férias ao Excelentíssimo Defensor Público **CASSIO PRETTI, matrícula nº 299.563-8**, a partir de 17.11.2026, referentes ao exercício 2026 (1ª parcela do 1º período).
(Processo – SEI 2500000079.002052/2025-86).

Defensoria Pública-Geral, em 10 de outubro de 2026
CLODOALDO BATISTA DE SOUSA TEIXEIRA
Defensor Público-Geral

PORTARIA Nº 1488/2026
Deferir o gozo de 20 (vinte) dias de férias à Excelentíssima Defensora Pública **MICHELLINE LOBATO BORGES ALEXANDRE, matrícula nº 298.424-5**, a partir de 09.11.2026, referentes ao exercício 2026 (1ª parcela do 2º período).
(Processo – SEI 2500000056.003032/2026-71).

Defensoria Pública-Geral, em 10 de outubro de 2026
CLODOALDO BATISTA DE SOUSA TEIXEIRA
Defensor Público-Geral

PORTARIA Nº 1489/2026
Tornar sem efeito a Portaria nº 1447/2026, referente ao Defensor Público **CÁSSIO PRETTI, matrícula nº 299.563-8.**

Defensoria Pública-Geral, em 10 de outubro de 2026
CLODOALDO BATISTA DE SOUSA TEIXEIRA
Defensor Público-Geral

PORTARIA Nº 1490/2026
Tornar sem efeito a Portaria nº 1447/2026, referente ao Defensor Público **DIJALMA CARVALHO COSTA JÚNIOR, matrícula nº 298.559-4.**

Defensoria Pública-Geral, em 10 de outubro de 2026
CLODOALDO BATISTA DE SOUSA TEIXEIRA
Defensor Público-Geral

ERRATA: Portaria nº 1383/2026, referente ao Defensor Público **CÁSSIO PRETTI, matrícula nº 299.563-8,** onde se lê: exercício 2026, leia-se: exercício 2025 (1ª parcela).

Defensoria Pública-Geral, em 10 de outubro de 2026
CLODOALDO BATISTA DE SOUSA TEIXEIRA
Defensor Público-Geral

Licitações, Contratos, Convênios e Compras

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Inexigibilidade n° 17/2026

Autorizo, nos termos do art. 74, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021, a formalização do Processo nº 49/2026, referente à Inexigibilidade de Licitação nº 17/2026, destinado à locação do imóvel situado na Avenida Presidente Getúlio Vargas, nº 646, bairro São José, Carpina/PE, de propriedade do Sr. Antônio Pinto Medeiros, CPF n° 083.233.644-00. O referido imóvel será utilizado para a instalação e funcionamento de núcleo avançado desta Defensoria Pública, sendo a contratação justificada pela inviabilidade de competição, com valor mensal da locação de R$ 5.000,00 (cinco mil reais).
(SEI 2500000021.002528/2026-25)

Recife, em 10 de outubro de 2026.
CLODOALDO BATISTA DE SOUSA TEIXEIRA
Defensor Público-Geral

Para informações sobre como ser atendido, acesse nosso site:

DPPE - Site